



GOVERNANÇA DA ÁGUA E EDUCACAO EM TIMOR LESTE

Zulmira Ximenes da Costa, MSc.

Diretora do Departamento de Engenharia Informática, Faculdade de Engenharia, Ciência e Tecnologia, UNTL, Timor-Leste,

Email: zxcosta@gmail.com, Maio 2019

Interesse da área: Água e saneamento, Demografia, Inteligência artificial

RESUMO

Alcançar acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, fixado na cimeira das Nações Unidas, em setembro de 2015. O Governo de Timor Leste, no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste para 2011 a 2030, reflete esta aspirações sinalizando o objetivo de “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”. Uma vez que existe uma grande necessidade de se obter um maior conhecimento de atingir ODS 6 em Timor Leste, existem vários Ministérios que se tutela como Ministério Agricultura, Ministérios das obras Publicas, Ministério Recursos Naturais, Ministério do Ambiente, e Ministério Saúde. Relativamente a agua e saneamento foi alinhado para a Direção Geral de Água e Saneamento (DGAS), sob tutela to Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações (MOPTC), tem por missão assegurar a orientação geral e coordenação integrada de todos os serviços centrais do MOPTC com atribuições na áreas de qualidade e distribuição da água, saneamento básico e tratamento de águas residuais e industriais.

Começamos por levar a efeito os princípios de dimensões da governança da água; A efetividade da governança da água está relacionada com a contribuição da governança para a definição de metas e objetivos claros e sustentáveis da política da água em diferentes níveis de governo em Timor Leste. No entanto em relação formulação da política que se descreve nas Padrões nacionais de qualidade da água potável e Guião da monitorização aprovadas 2017, e foi aprovada também o Decreto-Lei do Abastecimento de Água, 2004. Finalmente a Política Nacional de Recursos Hídricos ainda esta em Draft ou redigida e Política nacional de abastecimento de água ainda esta elaborado. Existe plano desenvolvimento estratégico nacional que se divide por curto prazo, medio prazo e longo prazo com grande objetivo a desenvolvimento a infraestrutura até 2030, todos os cidadãos em Timor-Leste terão acesso a água potável. Base de curto em 2015 prazo na PDE define que 55% da população das zonas rurais terá acesso a água segura, fiável e sustentável, A base medio prazo **2016-2020** do PDE define que 75% da população das zonas rurais terá acesso a água segura, fiável e sustentável. Todos os timorenses terão acesso a água segura e sustentável na área urbana. Enfim para longo prazo **2021-2030**; Cobertura de 100% e fornecimento de 24 horas em Dili e Distritos.

Com base nos dados de 2015, a cobertura Nacional de abastecimento de água básica é de 73%, e saneamento básico 49%. Nas áreas rurais **65% de aldeias com acesso a sistemas de água que funcionam parcialmente. Por outro lado** atualização de dados no SIBS (sistema de informação de água e saneamento) e registo de novos grupos de gestão de água (GMFs). Atualmente existem quatro gerais de água para Viqueque, Baucau, Same e Lospalos aprovados. As obras em Manatuto terminadas e processo de O&M para Manatuto em fase de desenvolvimento e 76% da construção do sistema de água para Oecusse. Começo da implementação do programa de instruções de planeamento e finanças (IPF) nos municípios de Bobonaro e Aileu. Na participação das comunidades dão importância para entender e integrar o "tara bandu" - direito consuetudinário (Costume), um conceito holístico muitas vezes visto como o ponto de partida para a legislação ambiental. Também o conhecimento indígena da gestão de água e água como parte da Política de Oceanos. Uma vez que existe uma grande necessidade de se obter um maior conhecimento de atingir ODS 6 em Timor Leste em 2030. Ainda crescendo a dificuldade de gerir a alocação do orçamento para ODS 6 e a necessária reforma institucional.

A efetividade da implementação da política, objetivos e targets com níveis diferentes dos governantes em termos da linha ministerial, para implementação das políticas e atingir os resultados e expectativas. Com os grandes objetivos: garantir a distribuição de água segura para consumo humano; clarificar o papel dos distribuidores de água, das agências do sector e das agências da saúde na distribuição de água segura às comunidades; estabelecer o sistema de monitorização da qualidade da água a nível ministerial e implementar medidas para a melhoria da qualidade da água. No entanto a governança da água e a educação em Timor Leste durante últimos anos, paralelamente à crescente proeminência nos documentos do decreto-lei, ainda está longe de atingir os objetivos na sua implementação e o governo precisa avaliar urgentemente os melhores mecanismos financeiros para poder acelerar o desenvolvimento desta infraestrutura.